
A Educação escolar primária no Estado Federativo do Rio Grande do Norte (1889-1904)

Primary school education in the Federative State of Rio Grande do Norte (1889-1904)

La educación primaria en el Estado Federativo de Rio Grande do Norte (1889-1904)

Nilzete Moura Santos

Assistente Técnica da Revista Educação em Questão (Brasil)

SEGUNDO, Israel Maria dos Santos. ARAÚJO, Marta Maria de. **A Educação escolar primária no Estado Federativo do Rio Grande do Norte (1889-1904)**. Natal: Edufrn, 2023.

O livro “*A Educação escolar primária no Estado Federativo do Rio Grande do Norte (1889-1904)*”, de autoria de Israel Maria dos Santos Segundo e Marta Maria de Araújo, está estruturado em uma apresentação e quatro capítulos.

A apresentação, escrita por Muirakytan Kennedy de Macedo (*in memoriam*), sublinha que o livro é produto de um trabalho acadêmico que combina uma sólida reflexão histórica, política e jurídica com a educação no tempo entre os anos de 1889 e 1904.

No livro, para fundamentar teórica e metodologicamente o *corpus* documental da pesquisa (legislação educacional, mensagens de governadores, relatórios de diretores da instrução pública, Constituições do estado) – consentânea com a formalização da educação escolar primária pública e gratuita como direito civil e social e competência do Estado e dos municípios do Rio Grande do Norte no período republicano de 1889 a 1904 –, os autores respaldaram-se em pensadores clássicos, como Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, Amaro Cavalcante e Carlos Roberto Jamil Cury, entre outros.

No Capítulo Um – *A educação primária pública ordenada (1889-1892)* –, discutem-se as disposições jurídicas e as proposições constitucionais

da educação escolar primária e de seus sujeitos destinatários. A educação primária e pública, componente de uma política republicana federativa e competência do Estado e de seus municípios, por sua vez, não foi matéria de ordenamento jurídico e político dos oitos governos provisórios, três governos eleitos e de uma junta governativa nesse período de três anos (1889-1892).

No Capítulo Dois – *A educação primária pública em seus fundamentos e materialidade (1892-1896)* –, reflete-se sobre as políticas públicas estritas da educação escolar primária formalizadas no governo de *Pedro Velho de Albuquerque Maranhão*. No primeiro ano desse governo, foi promulgada a Constituição Política do Estado (1892), além de aprovado o Regulamento reorganizando a Instrução Primária e Secundária do Rio Grande do Norte (1892). Por esse primeiro Regulamento republicano, a educação primária pública passava a ser um direito civil e social para meninas e meninos, sujeitos destinatários desse nível escolar.

No Capítulo Três – *A educação primária pública de cumprimento institucional pelo estado e municípios (1896-1900)* –, analisam-se as políticas públicas da educação escolar primária e as determinações das competências relativas ao Estado e aos municípios efetivados no governo de *Joaquim Ferreira Chaves Filho*. Nesse governo é que foi oficializado o sistema político misto, em matéria de educação primária, como competência do Estado e dos municípios, para o desenvolvimento do ensino para meninos e meninas, sujeitos destinatários do direito civil e social à educação escolar pública, gratuita e laica.

No Capítulo Quatro – *A educação primária pública como dever dos municípios e do estado (1900-1904)* –, debate-se sobre as políticas públicas da educação escolar primária e as competências acumulativas dos municípios e do Estado, empreendidas no governo de *Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão*. Nesse governo, a educação primária e gratuita para meninos e meninas, sujeitos do direito civil e social à educação escolar, por sua vez, mantinha a garantia do princípio federativo da competência do Estado em criar, manter e subsidiar escolas primárias. Aos municípios competiam abrir escolas primárias e assegurar seu funcionamento, nos termos das Constituições Políticas do Estado de 1892 e 1898.

A *Conclusão* evidencia que, nesses quinze anos (1889-1904) de regime republicano federativo do Rio Grande do Norte, a educação primária

pública e gratuita foi direito civil e social para poucos meninas e meninos em idade escolar nas insuficientes escolas urbanas e rurais deste Estado.

Em síntese, o livro "*A Educação escolar primária no Estado Federativo do Rio Grande do Norte (1889-1904)*" é primordial para a História da Educação no Rio Grande do Norte e no Brasil.

Nilzete Moura Santos
Assistente Técnica da Revista Educação em Questão (Brasil)
Orcid id: <https://orcid.org/0009-0009-2887-570X>
E-mail: nilzetemoura21@gmail.com

Recebida 24 abr. 2024

Aceita 7 maio 2024